

FOGO E MANOBRA

— OS DESAFIOS DO CAMPO DE BATALHA NÃO CONTÍGUO

Uma perspectiva das Forças Especiais

Coronel Michael Findlay, Exército dos EUA,
Tenente-Coronel Robert Green, Exército dos EUA e
Major Eric Braganca, Força Aérea dos EUA

AS FORÇAS DE Operações Especiais (*Special Operations Forces — SOF*) e o poder aéreo conjunto alcançaram resultados espetaculares durante a Operação *Enduring Freedom* no Afeganistão. Isso foi verdade especialmente durante os primeiros meses quando os olhos da América e do mundo estavam atentos. A iniciativa, a coragem e a força de caráter dos homens e mulheres combatentes dos EUA brilharam e todos somo-lhes gratos.

Decidimos investigar a integração do poder aéreo com as operações especiais terrestres. Fizemos isso para obter um entendimento sobre os desafios enfrentados pelas Forças Armadas dos EUA no Afeganistão e sobre como os comandantes da linha de frente trabalham juntos para superá-los.

A integração do poder aéreo com as operações especiais tem significativas implicações relativas à doutrina, organização e adestramento. Como adestrador conjunto das *SOF*, o Comando de Operações Especiais do Comando de Forças Conjuntas dos EUA (*Special Operations Command, US Joint Forces Command — SOCJFCOM*) enviou equipes de adestramento conjunto (*joint training teams — JTTs*) para apoiar os comandantes de operações especiais conjuntas durante a Operação *Enduring Freedom*. Compartilharam as suas idéias, práticas e conhecimentos das melhores táticas,

técnicas e procedimentos para empregar as *SOF*. Embora tenham tido sucesso, as *JTTs* das *SOF* poderiam ter feito mais no sentido de aprimorar a integração do fogo ar-terra.

A integração do poder aéreo e das operações especiais não é nada nova. De fato, as *SOF* e a comunidade aérea conjunta são peritas na integração aproximada e os homens em terra fizeram um excelente trabalho junto ao apoio aéreo. Porém, no nível operacional da guerra, a integração em um espaço de combate não contíguo, com grande número de forças de manobra locais, era um desafio novo para nós e, até certo ponto, para os operadores. Vimos um quadro, diferente do tradicional, do poder aéreo em apoio a grandes corpos de manobra e elementos divisionários em um campo de batalha linear. Todos aprendemos e nos adaptamos. Mais tarde, tanto os operadores como os autores deste artigo examinaram os desafios e as soluções da integração do fogo nas operações não contíguas.

Aprendemos com a Operação *Enduring Freedom* e esperamos que essas lições sejam de ajuda em futuras operações. Omitimos discussões detalhadas sobre a organização/tarefa das *SOF* e não abordamos o impacto dos múltiplos QGs das mesmas sobre a coordenação do comandante do componente aéreo da força combinada (*combined force air component commander — CFACC*) nem o



papel do Comando Central do Exército dos EUA (*Army Central Command*) como comandante do componente terrestre da força combinada (*combined force land component commander — CFLCC*).¹

No Afeganistão, durante a Operação *Enduring Freedom*, as forças dos EUA operaram em um espaço de combate não contíguo e descobriram numerosos desafios na coordenação do fogo em manobras onde não havia linhas tradicionais demarcando as áreas de operação. Discutiremos esses desafios, mostraremos como os comandantes os superaram, e oferecemos sugestões para futuros melhoramentos. Estes são desafios importantes do futuro e oferecem um raciocínio para soluções em potencial. Embora estes desafios e raciocínios tenham uma perspectiva de operações especiais, muitos têm valor para futuras operações de forças convencionais em campos de batalha não contíguos.

Abordamos desafios na geometria do espaço de combate, nos relacionamentos de comando, na distribuição do esforço aéreo e nos procedimentos do apoio de fogo para ambientes não contíguos. Então participamos nossos raciocínios com respeito ao aumento do uso de áreas de operação quadriculadas em conjunto com calcos das áreas de fogo livre (*killboxes*); o valor das iniciativas da interdição dirigida desde terra (*ground-directed interdiction — GDI*); maior aproveitamento das *SOF* em processos conjuntos de seleção de alvos; rastreamento contínuo da força azul; e organizações de apoio de fogo mais robustas e melhor adestradas para as *SOF*. O aumento do uso de áreas delineadas de operação e das técnicas do gerenciamento das áreas de fogo livre, deixarão mais claras as responsabilidades do apoio ao fogo. Maior compreensão e participação das *SOF* no processo de seleção de alvos resultará em melhor retroalimentação do processo da distribuição do esforço, maior definição de alvos em tempo hábil e num apoio de fogo mais confiável. Isso permitirá às *SOF* se aproveitar ao máximo dos efeitos que o fogo conjunto pode trazer à luta por meio de maior aproveitamento da interdição planejada e do ataque estratégico, ao invés de depender, principalmente, do apoio aéreo aproximado. Apoiamos, também, maior investigação do conceito da *GDI* no qual a força terrestre identifica alvos e dirige o fogo de interdição. Por último, concordamos com as atuais idéias emergentes sobre o desenvolvimento de uma aprimorada organização de apoio aéreo para os QGs de operações especiais (do tipo do Centro de Operações para o Apoio Aéreo — *Air Support Operations Center — ASOC* — no QG do corpo), para melhor facilitar a própria execução do apoio de fogo para operações especiais.

Muitos indivíduos nas *SOF* e na Força Aérea têm focado sobre os desafios específicos relacionados com o adestramento técnico e tático para o pedido e controle do apoio aéreo aproximado. Embora estes possam oferecer

alguma melhora, acreditamos que o aproveitamento do poder das existentes ferramentas de comando e controle oferece a melhor oportunidade para a integração.

A geometria do espaço de combate e relacionamentos de comando

Durante os primeiros meses da Operação *Enduring Freedom*, foi mínimo o estabelecimento de áreas de operações conjuntas ou de áreas de operações terrestres no Afeganistão subordinadas ao Comando Central. O comandante do Comando Central não designou, no início, áreas do Afeganistão ao Comando de Operações Especiais (*Special Operations Command — SOC*) do Teatro, nem a um comandante de força-tarefa conjunta, nem a um comandante terrestre. Nenhum desses comandos estava preparado para executar as funções de busca de alvos, de levantamento da situação do inimigo ou de controle de fogo nesta grande área. Ao invés disso, o Afeganistão foi mantido como uma área de responsabilidade do Comando Central. Mais tarde na campanha, o território

As Publicações Conjuntas 3-0 e 3-09 são dois documentos fundamentais. Elas afirmam: “Os comandantes das forças terrestre e naval são os comandantes apoiados dentro das áreas de operações designadas pelo comandante da força conjunta. Dentre suas áreas de operações designadas, os comandantes das forças terrestre e naval sincronizam a manobra, o fogo e a interdição. Para facilitar essa sincronização, os comandantes têm autoridade para definir a prioridade de alvos, os efeitos desejados e a oportunidade da execução de fogo dentro de suas áreas de operações.

foi distribuído para o *CFLCC* e, subseqüentemente, para o componente terrestre avançado, a 10ª Divisão de Montanha. Mesmo assim, podia ser argumentado que o *CFLCC* não era capaz de executar todas as funções inerentes ao gerenciamento de uma área de operações.² Tampouco estava o componente de operações especiais com o efetivo ou adestramento suficientes para controlar uma área dessas proporções. Nenhuma das organizações tinha a capacidade de comando e controle, nem de forças, para monitorar e controlar tal área. Foi somente com a ativação da *CJTF-180*, uma força-tarefa conjunta formada com base no QG do XVIII Corpo Aeroterrestre (*XVIII Airborne Corps headquarters*), que um comando subordinado conjunto foi capaz de monitorar e contro-

lar a área de operações do Afeganistão, designada como área de operações conjunta da coalizão (*coalition joint operations area — CJOA*).

Esta ausência inicial de linhas de demarcação e a significativa e ampla manobra das *SOF* e das forças da Aliança do Norte (e mais tarde, das forças terrestres convencionais) em operações não contíguas em todo o Afeganistão, apresentaram desafios à maneira tradicional de lidar com o apoio ao fogo em relação à manobra. Tradicionalmente, a manobra terrestre ocorre na área de operações do comandante terrestre. O quadro operacional sempre incluiu dois componentes fundamentais: a missão

A urgência estratégica de inserir as SOF no norte do Afeganistão, a campanha aérea contínua e a falta de uma organização de apoio de fogo robusto (busca de alvos) no QG da Força-Tarefa Conjunta de Operações Especiais e dentro do elemento de ligação das operações especiais (special operations liaison element — SOLE) no CFACC, contribuíram para o pequeno volume na alocação de surtidas para apoio aéreo aproximado ou para as operações de interdição escolhidas pelas SOF durante aqueles dias iniciais.

e uma área de operações designada (geometria do espaço de combate) dentro da qual será cumprida a missão. Esta geometria do espaço de combate é importante, particularmente para fixar a estrutura na qual o comandante do componente aéreo da força conjunta (*joint force air component commander — JFACC*) e o comandante terrestre coordenam suas operações. Numerosas publicações doutrinárias explicam o relacionamento entre esses dois comandantes.

As Publicações Conjuntas 3-0 e 3-09 são dois documentos fundamentais. Elas afirmam: “Os comandantes das forças terrestre e naval são os comandantes apoiados dentro das áreas de operações designadas pelo comandante da força conjunta. Dentre suas áreas de operações designadas, os comandantes das forças terrestre e naval sincronizam a manobra, o fogo e a interdição. Para facilitar essa sincronização, os comandantes têm autoridade para definir a prioridade de alvos, os efeitos desejados e a oportunidade da execução de fogo dentro de suas áreas de operações.”³ Estas publicações também abordam a autoridade e as responsabilidades normais do *JFACC* fora das áreas de operações terrestres e das áreas de operações especiais conjuntas como comandante apoiado para ações de interdição e ataque estratégico.⁴

Durante os primeiros meses das operações no Afeganistão, havia uma geometria do espaço de combate mínima. Não havia áreas de operações conjuntas ou áreas de operações terrestres designadas, apenas o uso de medidas de coordenação de apoio ao fogo (*fire support coordinating measures — FSCMs*) tais como áreas de fogo proibido (*no-fire-areas — NFAs*), áreas de coordenação de fogos (*restricted-fire-areas — RFAs*), e áreas de fogo livre. Por definição, uma *FSCM* não é uma medida de controle; é uma medida de coordenação para permitir ou restringir o apoio ao fogo. Portanto, pode-se argumentar que o *CFACC* foi o comandante apoiado em todo o Afeganistão, porque nenhuma área de operações terrestres ou área de operações especiais conjuntas (*joint special operations area — JSOA*) tinha sido estabelecida.

O *CFACC* foi responsável pela condução dos ataques estratégicos e de interdição em todo o Afeganistão e considerava as *SOF* e a Aliança do Norte (especialmente no início da guerra) como sensores principais terrestres, apoiando o seu fogo. Esta percepção e uso das *SOF* como importantes sensores humanos tem precedente antigo. As *SOF* e a Força Aérea têm desenvolvido numerosas táticas, técnicas e procedimentos para aprimorar este tipo de operações “sensores a atiradores”. No Afeganistão, porém, as *SOF* tiveram um papel diferente. Junto a seus parceiros da Aliança do Norte, as *SOF* eram uma força de manobra precisando de apoio de fogo conjunto, igual a qualquer outra força terrestre convencional amiga. Assim, o maior desafio foi determinar como o apoio ao fogo iria apoiá-las como uma força de manobra sem uma designada área de operações.

No outono de 2001, muitos consideraram a Força-Tarefa Conjunta de Operações Especiais Norte (*Joint Special Operations Task Force — JSOTF North*) como o verdadeiro comando terrestre, conduzindo a manobra e precisando de apoio de fogo. De fato, vários documentos especificaram o componente de operações especiais como o esforço principal durante algumas das fases iniciais. Porém, essa designação como esforço principal referia-se à prioridade, e não ao relacionamento de comando. Os documentos nunca mencionaram quando ou onde a *JSOTF* teria sido o comando apoiado, em relação aos outros componentes da força conjunta (especificamente, o *CFACC*). Isto teve implicações significativas para o relacionamento entre a *JSOTF* e o *CFACC*. Por outro lado, apesar de ser um comandante terrestre *de facto*, o comandante da *JSOTF* pode não ter tido conhecimento da extensão da sua autoridade para “definir a prioridade de alvos, os efeitos desejados e a oportunidade da execução do fogo” dentro de sua área operacional. Nada, em termos de ordens ou diretivas, dava-lhe, expressamente, tal autoridade; a *JSOTF-Norte* não tinha uma área de operações designada nem um comandante apoiado definido.

Felizmente, os comandantes e seus estados-maiores,

na JSOTF e no CFACC, conseguiram superar a falta de geometria do espaço de combate e os relacionamentos de comando incertos para desenvolver listas de alvos e atacá-los. Um sistema de áreas de fogo livre e procedimentos para autorizar o fogo minimizaram o potencial de fratricídio e criaram agilidade e uma capacidade de reação rápida. Além disso, a JSOTF e o CFACC trabalharam juntos para desenvolver listas lógicas de alvos prioritários e alocaram poder aéreo para o apoio direto às SOF em terra. Porém, isso foi feito informalmente. Nenhuma geometria de espaço de combate clara foi estabelecida para as SOF. A única mudança significativa foi o estabelecimento de uma CJOA, um CFACC e, mais tarde, de uma força-tarefa conjunta.⁵ Mas isto não resolveu a necessidade de áreas operacionais controladas pelas SOF e de uma definição clara das SOF como comandante apoiado, com autoridade para escolher alvos e definir os efeitos desejados. Esta lição continuará a ser fundamental. O comando de combate regional (*regional combatant command* — RCC) e as SOF precisam assegurar a clareza nos relacionamentos de comando e na geometria do espaço de combate nos futuros planejamentos.



Um soldado de Operações Especiais examina uma posição de combate abandonada perto de Cabul.

Distribuição do esforço aéreo e processos para o apoio de fogo

A distribuição do esforço aéreo durante os primeiros dez dias da Operação *Enduring Freedom* foi concentrada em ataques estratégicos amplos de interdição na área de operações conjunta contra alvos fixos. Houve uma mínima distribuição do esforço aéreo, inicialmente, para apoiar as operações das SOF em missões de interdição ou de apoio aéreo aproximado. Isso ocorreu, provavelmente, devido a vários fatores. Primeiro, o enfoque, principalmente aéreo, e as capacidades robustas do controle aéreo do Comando Central haviam sido preparadas para a Operação *Southern Watch*, no Iraque. Além disso, as SOF não eram vistas como uma força de manobra e careciam da geometria do espaço de combate que considerasse as SOF como responsáveis por uma JSOA designada. Por último, havia dúvida sobre a capacidade das SOF assumirem um papel decisivo no combate terrestre junto a

seus parceiros da Aliança do Norte. Consequentemente, a maioria das operações aéreas foram surtidas de ataques estratégicos e de interdição em toda a área operacional conjunta. O CFACC controlou essas operações de acordo com as prioridades de alvos do Comando Central e as regras declaradas de engajamento.

A urgência estratégica de inserir as SOF no norte do Afeganistão, a campanha aérea contínua e a falta de uma organização de apoio de fogo robusto (busca de alvos) no QG da Força-Tarefa Conjunta de Operações Especiais e dentro do elemento de ligação das operações especiais (*special operations liaison element* — SOLE) no CFACC, contribuíram para o pequeno volume na alocação de surtidas para apoio aéreo aproximado ou para as operações de interdição escolhidas pelas SOF durante aqueles dias iniciais. O Comando de Operações Especiais e a JSOTF não escolheram muitos alvos de interdição e tampouco receberam significativa alocação de apoio aéreo aproximado para distribuição após a suas infiltrações iniciais.

Havia bons motivos para o pequeno número de alvos de interdição. Regras de engajamento relativas à identificação positiva e uma limitada interdição inicial de alvos móveis forçaram as tripulações aéreas das SOF a planejarem rotas evitando conhecidas ameaças inimigas. Além disso, o relativamente novo elemento de

fogo conjunto (*joint fires element — JFE*) na *JSOTF* estava ainda aprendendo e definindo o seu papel dentro do processo de seleção de alvos e fogo do Teatro.⁶ Também, a organização do apoio aéreo na *JSOTF* não era robusta o suficiente no início para obter e distribuir o apoio aéreo aproximado alocado, autorizar o fogo e coordenar o apoio aéreo aproximado. No *CFACC*, o *SOLE* estava concentrado em resolver os conflitos entre as surtidas aéreas de operações especiais e as missões aéreas convencionais e entre as surtidas de interdição e de ataque perto das *SOF* em terra. Não estava concentrado no processo da seleção de alvos. As *SOF* davam prioridade a esforços para desdobrar suas forças e planejar e executar uma campanha de guerra irregular dentro do tempo alocado ao invés de se concentrarem nas necessidades detalhadas da coordenação a nível Teatro para o fogo e o processo de seleção de alvos. Assim, com limitada interdição planejada pelas operações especiais ou com limitado apoio aéreo aproximado pré-planejado, o *CFACC* inicialmente proporcionou o apoio de fogo às equipes das *SOF* desdobradas com a Aliança do Norte com base no apoio aéreo aproximado imediato; ou seja, surtidas, desviadas de outras missões.⁷

A operação em Masar-e-Sharif é um exemplo das dificuldades encontradas para integrar o fogo em um ambiente não contíguo. Mínimo apoio aéreo aproximado pré-planejado e mínima interdição foram considerados para este ataque. A *JSOTF* não podia prever a localização de grupos de oposição ou de forças móveis inimigas. A natureza da guerra tribal afegã (com forças se rendendo e trocando rapidamente de lealdade, unindo-se aos inimigos) obrigava as *SOF* a não fazer demasiados planos para interdição. Não havia uma área operacional ou *JSOA* definida dentro da qual a *JSOTF* pudesse, doutrinarmente, designar as prioridades e os efeitos nos alvos.⁸ Portanto, a *JSOTF* dependeu do uso do apoio aéreo aproximado imediato para satisfazer as suas necessidades de apoio de fogo.

A *JSOTF* podia ter tirado mais vantagem do processo da seleção de alvos, pedindo apoio de interdição e apoio aéreo aproximado pré-planejado, mas as *SOF* estavam mal acostumadas com o apoio aéreo razoavelmente confiável. Até esse ponto, as *SOF* estavam gerando a maioria dos alvos e havia abundantes recursos aéreos disponíveis sem outras tarefas como a de superioridade aérea. As *SOF* precisavam apenas identificar os alvos, o *CFACC* provia o apoio de fogo. Os recursos do *CFACC* eram também agressivos e respondiam satisfatoriamente aos pedidos de emergência onde se esperava que o apoio aéreo aproximado desse apoio a equipes de *SOF* em situações inesperadas de contato com o inimigo e em risco de serem atacadas.

À medida que a guerra avançava, o *CFACC* e as *SOF*

desenvolveram rapidamente o conceito da interdição dirigida em terra (*ground-directed interdiction — GDI*) em acréscimo ao apoio aéreo aproximado tradicional. O *CFACC* apoiava as necessidades das *SOF* para a interdição de forças inimigas que estas últimas podiam ver e sobre as quais forneciam dados de localização, mas com quem ainda não se encontravam em contato direto. Nesse sentido, o *CFACC* criou surtidas de interdição e de apoio aéreo aproximado no Afeganistão sem designar alvos específicos. As aeronaves voavam até a área e recebiam seus alvos à medida que equipes terrestres encontravam e reportavam as forças inimigas. Elementos terrestres foram capazes de dirigir um grande número de plataformas de ataque, incluindo muitas plataformas não tradicionais como as *B-52*. A *JSOTF* e o *CFACC* usavam técnicas relacionadas às áreas de fogo livre para reduzir a possibilidade de fratricídio com esta *GDI*. A *JSOTF* também estabeleceu um centro de operações de apoio aéreo (*air support operations center — ASOC*) mais robusto, parecido com um *ASOC* de corpo de Exército. Esta organização tipo *ASOC*, coordenou com o *CFACC*, com aeronaves *C2* e plataformas de ataque para facilitar o fogo conjunto. Plataformas de ataque em estado de prontidão foram disponibilizadas pelo *ASOC* ou pela plataforma aérea *C2*, fizeram contato direto via rádio com a equipe terrestre e atingiram os alvos designados com sucesso.

A *GDI* foi um sucesso por dois motivos, principalmente. A maioria dos alvos a essa altura eram forças móveis, não instalações fixas; e a identificação positiva era muitas vezes necessária, de acordo com as regras de engajamento do Comando Central. No entanto, foram identificados vários aspectos necessitando maior cuidado em futuras operações.

O primeiro é a geometria do espaço de combate, a designação de áreas de operações, ou *JSOA*. Esta designação, em acréscimo às medidas de coordenação de apoio de fogo, facilita o processo de seleção de alvos, com a definição da distribuição do esforço, a denominação de alvos, as autorizações para abertura de fogo e a sincronização. O segundo é a identificação dos comandantes apoiados para assegurar a prioridade precisa dos objetivos e dos alvos. Na falta dessa identificação pode surgir uma mais simplista, e possivelmente incorreta, divisão de autoridade. A interdição pode ser considerada como um apoio ao *JFACC*, e apenas o apoio aéreo aproximado utilizado para assistir os comandantes terrestres. O terceiro é a ênfase contínua sobre o rastreamento da força azul por meio do uso de dispositivos do tipo *MTX* e *Grenadier Brat*, para assegurar o bom entendimento da situação e minimizar o potencial de fratricídio. O quarto são as regras de engajamento para ataque a alvos em situações onde a identificação positiva não



Um controlador de combate da Força Aérea operando com a Aliança do Norte e as Forças Especiais do Exército no Afeganistão.

é possível. Este dilema nas regras de engajamento é um desafio constante sem uma solução fácil. Continua a haver um equilíbrio entre a identificação rápida de um alvo hostil para possibilitar um ataque rápido e o risco de ataques equivocados contra alvos não hostis.⁹ Muitos dos desafios foram identificados acima, mas os resumimos assim:

Falta de definição clara da relação entre comandos apoiados e de apoio.

Falta de delimitação de áreas operacionais e de áreas de operações especiais conjuntas.

A não distribuição do esforço ou da alocação de recursos aéreos em apoio das *SOF* na porção inicial do voo. Inclui-se a falta de direção clara por parte do Comando Central relativa à prioridade de fogo.

Falta de pessoal, no componente de operações especiais e na *JSOTF*, bem adestrado nos processos de fogo conjunto e capaz de influenciar o processo da seleção de alvos conjunta.

Falta de ênfase, no *SOLE*, nos assuntos da seleção de alvos e apoio de fogo.

Falta de uma organização do tipo *ASOC* formal no componente das *SOF* ou no nível da *JSOTF* para facilitar todo o apoio de fogo aéreo.

Métodos e processos de controle de apoio aéreo aproximado (não abordados neste artigo).

O Futuro: Idéias e Recomendações

Este novo paradigma de fogo e manobra em ambientes não contíguos está sendo aprimorado. As seções a

A comunidade das SOF precisa aprimorar o seu conhecimento e integração dentro do processo conjunto da seleção de alvos. A comunidade de operações especiais precisa de oficiais de estado-maior e sargentos que sejam peritos em apoio ao fogo no nível operacional, que conheçam o processo da seleção de alvos e que possam planejar e controlar o fogo em apoio às JSOTFs. Além disso, os oficiais de operações especiais e sargentos deveriam atender cursos de comando e controle aeroespacial conjunto que lhes permitisse operar eficazmente como parte do JFE dentro de QG operacional das SOF.

seguir resumem alguns dos passos que as *SOF* e a Força Aérea estão dando para aprimorar o fogo e a manobra no combate conjunto. Eles defendem o maior uso de áreas operacionais quadriculadas, maior uso de calcos

de áreas de fogo livre, maior aproveitamento, por parte das *SOF*, dos processos conjuntos das seleções de alvos, organizações mais robustas e adestradas de apoio de fogo para as *SOF* e a contínua exploração de tecnologias para rastreamento da força azul.

Maior uso de áreas operacionais delineadas e de áreas de fogo livre

As áreas de operação já não precisam ser lineares ou grandes. Um arranjo quadriculado de pequenas áreas operacionais, que podem ser individualmente ativadas e desativadas, provaram ser praticáveis e podem ser utilizadas em operações rápidas e decisivas com forças móveis rápidas. O uso de calcos de áreas de fogo livre, dentro ou fora destas áreas de operação definidas, é uma *FSCM* excelente que facilita apoio de fogo maior e mais confiável. *NFAs* e *RFAs* podem ainda ser necessárias para proteger as forças que possam estar apoiando os esforços de interdição do *CFACC* como sensores. A geometria do espaço de combate e as *FSCMs* são aprimoradas por meio dos confiáveis métodos de rastreamento da força azul disponíveis hoje em dia.

Aumento participativo das *SOF* no processo da seleção de alvos

As *SOF* continuarão a operar em ambientes não contíguos tanto como comandantes de apoio como apoiados. Elas precisam continuar com a sua maior participação no processo conjunto da seleção de alvos por meio de um elemento de fogo conjunto (*joint fires element — JFE*) no QG, robusto, adestrado e com um quadro completo de pessoal.

Por outro lado, o *SOLE* deve apoiar melhor as necessidades em fogos das operações especiais nos processos da seleção de alvos e no desenvolvimento do plano de tarefas especiais (*air tasking order — ATO*). O *SOLE* precisa de especialistas terrestres e marítimos dedicados e adestrados, similares aos do Destacamento de Coordenação do Campo de Batalha do Exército, para poder representar os comandantes das *SOF* e *JSOTF* durante as fases da distribuição do esforço, da escolha de alvos e da execução. Além disso, o *SOLE* deve estar diretamente ligado às operações futuras e às

células de planos futuros nos QGs das *SOF* e *JSOTF*. Isto assegurará que as necessidades do apoio ao fogo para as operações especiais serão abordadas no ciclo de planejamento no nível Teatro. O *SOLE* deve também continuar as suas atividades na resolução de conflitos e na prevenção do fratricídio.

A comunidade das *SOF* precisa aprimorar o seu conhecimento e integração dentro do processo conjunto da seleção de alvos. A comunidade de operações especiais precisa de oficiais de estado-maior e sargentos que sejam peritos em apoio ao fogo no nível operacional, que conheçam o processo da seleção de alvos e que possam planejar e controlar o fogo em apoio às *JSOTFs*. Além disso, os oficiais de operações especiais e sargentos deveriam atender cursos de comando e controle aeroespacial conjunto que lhes permitisse operar eficazmente como parte do *JFE* dentro de QG operacional das *SOF*. É necessária maior coordenação de fogo também entre as *JSOTF* e o *JFACC*, assim como entre as *JSOTF* e o Comandante e Estado-Maior do Componente Terrestre da Força Conjunta (*Joint Force Land Component Commander and Staff — JFLCC*). O *JFE* e o *SOLE* precisam aprender como influenciar as decisões relativas à distribuição do esforço, tomadas pelo comandante da força conjunta. O *JFE* e o elemento de comando e controle de operações especiais (*special operations command and control element — SOCCE*) precisam aprender como obter o apoio necessário do *JFLCC* quando atuam na área de operações deste. A consequência de não aprender estes processos é ser excluído quando forem tomadas as decisões relativas à distribuição do esforço e definidas as alocações, privando-se de valioso apoio de fogo.

Organização de apoio aéreo para as *SOF*

Da mesma maneira que os *JFE* e *SOLE* assistem na coordenação e no planejamento dos alvos, uma organização aprimorada de apoio aéreo no QG das *SOF* (como o centro de operações de apoio aéreo do QG do corpo) facilita a execução do apoio de fogo para as operações especiais. O termo “elemento de controle aéreo conjunto” (*joint air control element — JACE*) foi criado pelo comandante do 18º Grupo de Operações de Apoio Aéreo

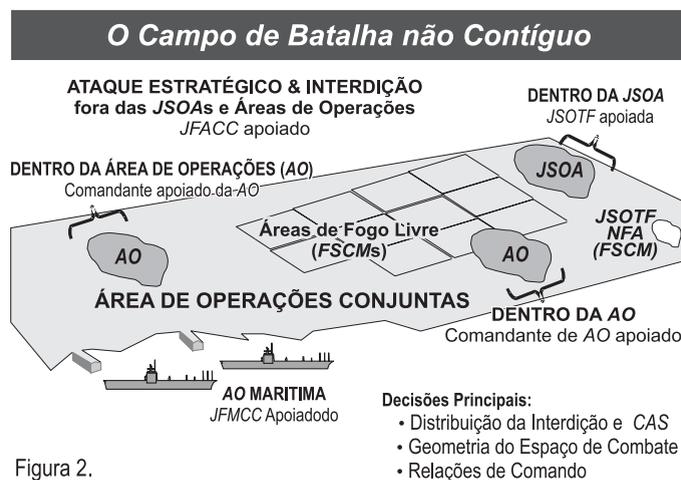


Figura 2.



Departamento de Defesa

Um soldado de Operações Especiais indica um ponto no terreno durante a investigação do bombardeio que matou civis afegãos.

(18th Air Support Operations Group) para este tipo de organização. Este *JACE* seria uma célula dentro do *JFE* da *JSOTF* e é a chave da integração completa do poder aéreo com as operações especiais.

Rastreamento da força azul

O contínuo rastreamento da força azul das *SOF* em ambientes não contíguos aumenta o conhecimento da situação e reduz o risco de fratricídio. As *SOF* devem continuar a procurar meios automatizados de rastreamento enquanto aprimoram o rastreamento manual e atualizam as técnicas de integração à imagem operacional compartilhada (*common operational picture — COP*) quando não há disponibilidade de sinalizadores. Recomenda-se também que as *SOF* forneçam informações completas — ao invés de “discretas” ou filtradas — à *COP* para assegurar o entendimento da situação. A probabilidade de baixas por fratricídio devido à falta do entendimento da situação é bem maior que pela potencial divulgação da localização das *SOF* pelos mecanismos seguros da *COP*.

Adestramento e Exercícios

As *SOF* e a comunidade convencional podem trabalhar em cima desses ideais, adestrando os estados-maiores e os comandantes e desenvolvendo melhores técnicas e procedimentos por meio de um maior envolvimento em

exercícios e adestramentos conjuntos realistas, de alta fidelidade, dentro do território continental dos EUA. A prontidão para a guerra pode ser aprimorada por meio

As SOF e o JFACC trabalharam em conjunto na Operação Enduring Freedom para superar alguns desafios iniciais e aprenderam dessa experiência. As SOF reconheceram o valor do processo da seleção de alvos e o JFACC reconheceu o valor das SOF como uma força de manobra e como sensor confiável e discricionário em terra. As SOF definitivamente aprenderam a importância da distribuição do esforço e da alocação dos meios aéreos para obter o apoio da interdição e do apoio aéreo aproximado.

de simulações e exercícios em campanha.¹⁰ As forças devem ser adestradas da maneira como vão combater. Não se deve esperar que façam, no campo de batalha, algo que não tenha sido devidamente praticado ou aprendido durante o adestramento ou em exercícios.

As *SOF* e o *JFACC* trabalharam em conjunto na Operação *Enduring Freedom* para superar alguns desa-

fios iniciais e aprenderam dessa experiência. As *SOF* reconheceram o valor do processo da seleção de alvos e o *JFACC* reconheceu o valor das *SOF* como uma força de manobra e como sensor confiável e discricionário em terra. As *SOF* definitivamente aprenderam a importância da distribuição do esforço e da alocação dos meios aéreos para obter o apoio da interdição e do apoio aéreo aproximado. Ambos aprenderam a necessidade do estabelecimento de uma geometria clara do espaço de combate e da definição das relações entre os comandos de apoio e comandos apoiados no início das operações. As *SOF* aprenderam a necessidade do *SOLE* ser um participante

ativo na seleção de alvos e nos fogos, em acréscimo à suas funções tradicionais de coordenação do espaço aéreo e de resolução de conflitos. As *SOF* também aprenderam a necessidade de ter um *JFE* eficiente no QG para melhor participar no processo da seleção de alvos. O *JFACC* descobriu a necessidade da existência de uma organização do tipo *ASOC* anexa ao QG das *SOF* para melhor controlar os recursos aéreos alocados em apoio às operações destas. As lições aprendidas na Operação *Enduring Freedom* são valiosas para as nossas organizações *SOF*/aéreas conjuntas à medida que desenvolvem melhores organizações, táticas, técnicas e procedimentos. **MR**

Referências

1. O Comando Central do Exército, designado como comandante do componente da força terrestre combinada em novembro de 2002, foi incumbido da responsabilidade pelas operações terrestres na área operacional conjunta da coalizão no Afeganistão, para coordenar e sincronizar as operações terrestres. Como comandante de um componente terrestre, o Comando Central não assumiu todas as responsabilidades de um comandante de força conjunta na *CJOA*. Isso causou confusão no processo de seleção de alvos e nos fogos. Essa mesma falta de definição também frustrou a 10ª Divisão de Montanha que, tempos depois, assumiu certas responsabilidades do *CFLCC* (percepção do autor). Porém, dito isso, não queremos entrar em maiores detalhes sobre as operações do *CFLCC* já que diluiria o enfoque deste artigo.

2. *Ibid.*

3. A Publicação Conjunta 3-09, Doutrina para o apoio ao fogo conjunto (Washington DC: *Government Printing Office — GPO*, 12 de maio de 1998, capítulo 1, parágrafo 3b.

4. Esta delimitação de autoridades do *JFACC* para interdição "fora da área de operações e das áreas de operações especiais conjuntas" é fundamental em posterior discussão a respeito do termo cunhado pelo 18º Grupo de Operações de Apoio Aéreo, "GDI". Uma *GDI* pode ocorrer dentro ou fora de áreas de operações ou de áreas de operações especiais conjuntas designadas. A área da interdição determinará quem é o comandante apoiado e quem é responsável pela autorização de fogo.

5. O estabelecimento da *CJOA/CFLCC* não resolveu os problemas. Por definição, a *CJOA* inclui o espaço aéreo e o da superfície. O *CFLCC* não controlava o espaço aéreo nem tinha autoridade sobre o *CFAAC*. A subordinação do controle tático (*tactical control — TACON*) da *JSOTF*-Norte (uma força conjunta) ao *CFLCC* (uma força terrestre), também era confusa. Novamente, eram os comandantes, o comandante e sub-comandante do *CFLCC* e os comandantes dos *CFACC* e *JSOTF*, que trabalhavam juntos para cumprir a missão.

6. O 18º Grupo de Operações de Apoio Aéreo desdobrou um esquadrão na área da *JSOTF*-Norte. O comandante do esquadrão e seu pessoal foram capazes de cumprir muitas das responsabilidades da seleção de alvos, além de suas funções normais como posto de controle aerotático (*tactical air control post — TACP*).

7. O pessoal do 18º Grupo de Operações de Apoio Aéreo fez um grande trabalho na área da seleção de alvos. Nossos comentários não têm a intenção de menosprezar esse excelente trabalho.

8. Porém, a *JSOTF* de fato selecionou alvos para esta operação. Devido ao empenho de todos os interessados na missão, a operação foi um sucesso.

9. "Key Command Banned Nearly All Attacks on Afghan Roads, Bridges", *Inside the Pentagon* (*National Geographic*, 9 de janeiro de 2003).

10. O comandante do componente aéreo e as *SOF* já fazem isso com muito sucesso.

O Coronel Michael L. Findlay é o comandante da SOCJFCOM. É graduado pela ECEME, pela Escola de Pós-Graduação Naval (Naval Post Graduate School) e pelo Senior Service College como membro da Escola de Estudos Militares Avançados no Forte Leavenworth, Kansas. Serviu em diversas posições de comando e de estado-maior em unidades de infantaria leve, pára-quedistas, e de Forças Especiais, inclusive como Subcomandante de Batalhão no 7º Grupo de Forças Especiais; na 3ª Seção do Comando de Forças Especiais; como Oficial de Planejamento no XVIII Corpo; como Oficial de Inteligência e Operações na Força-Tarefa 118 do Exército, no Golfo Pérsico; ajudante de ordens do General Comandante do Comando de Operações Especiais do Exército (Army Special Operations Command — USASOC); e Sub-Chefe de Estado-Maior no USASOC.

O Major Eric Bragança é instrutor de operações e fogos no Comando de Operações Especiais, Comando de Forças Conjuntas em Norfolk, Virgínia. É Bacharel pela Rutgers University e Mestre pela Troy State University. Graduou-se na Escola de Oficiais de Esquadrão da Força Aérea, na Base Aérea de Maxwell; na Escola de Comando e Estado-Maior do Ar, Base Aérea de Maxwell e na Escola de Estado-Maior das Forças Conjuntas em Norfolk, Virgínia. Serviu em diversas posições de comando e estado-maior no território continental dos EUA, na Coreia, no Iraque, no Afeganistão e na Bósnia, inclusive como Elemento de Ligação de Operações Especiais no QG do CFACC para o Iraque; Comando do Componente de Operações Especiais das Forças Combinadas (Combined Forces Special Ops Component Command — CFSOCC) para o Afeganistão; na JSOTF para a Bósnia; e como Oficial de Operações, 20º Esquadrão de Operações Especiais, em Hurlburt Field, na Flórida.

O Tenente-Coronel Robert Green serve no SOCJFCOM. O SOCJFCOM tem a missão de desenvolver os aspectos das operações especiais relativas ao adestramento da força conjunta e do desenvolvimento de conceitos, experimentação e integração para aprimorar as operações conjuntas no ambiente conjunto, multinacional e interagências. O SOCJFCOM tem desenvolvido numerosos conceitos em três anos de trabalho com todos os Comandos de Operações Especiais de Teatro e com os adestradores da força conjunta convencional no Centro de Guerra Conjunta (Joint Warfighting Center) em Suffolk, na Virgínia.